

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 120.182 - SP (2011/0290702-8)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE PRESIDENTE PRUDENTE
- SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA DE DRACENA - SP
INTERES. : JOÃO DUARTE DE OLIVEIRA
ADVOGADO : CLAUDIA REGINA FERREIRA DOS SANTOS SILVA -
SP145877
INTERES. : CAIXA SEGURADORA S/A

DECISÃO

Trata-se de conflito negativo por iniciativa do Juízo Federal da Segunda Vara de Presidente Prudente, Seção Judiciária do Estado de São Paulo, em face do Juízo de Direito da Primeira Vara de Dracena, na mesma unidade federada, relativamente à ação de indenização securitária proposta por João Duarte de Oliveira em desfavor de Caixa Seguradora S.A.

A inicial relata que o autor pretende ser ressarcido na importância necessária para reparar o imóvel que adquiriu mediante financiamento habitacional, em função de vícios construtivos que permitiram infiltrações e rachaduras, entre outros, causando prejuízo à habitabilidade da unidade residencial.

O Juízo de Direito a quem distribuído o feito, ao suposto da legitimidade passiva da Caixa Econômica Federal - CEF, declinou da competência para a Justiça Federal (fls. 95-96/eS-TJ).

O Juízo Federal suscitou o presente conflito ao argumento de que a Medida Provisória 478/2009 perdeu a vigência e que não há interesse jurídico da CEF e da União no feito, pois não existe possibilidade de afetação do FCVS (fls. 100-103/e-STJ).

Ocorre que no Recurso Extraordinário 827.996, "em que se discute, à luz dos artigos 5º, inciso XXXV, e 109, inciso I, da Constituição da República, se a Caixa Econômica Federal detém interesse jurídico para ingressar como parte ou terceira interessada nas ações envolvendo seguros de mútuo habitacional no âmbito do Sistema Financeiro de Habitação e, em consequência, se a Justiça Federal seria competente para o processamento e o julgamento das ações dessa natureza", o Supremo Tribunal Federal reconheceu a repercussão geral da matéria constitucional suscitada (Plenário Virtual,

Relator o Ministro Gilmar Mendes).

O reconhecimento da repercussão geral enseja a incidência dos artigos 543-B, § 3º, do Código de Processo Civil de 1973 e 1.039 e 1.040, incisos I e II, do Código de Processo Civil vigente, possibilitando a apreciação dos recursos sobrestados na origem, seja para declarar prejudicialidade, seja para exercer juízo de retratação, o que aconselha o retorno dos autos ao Juízo originário (no mesmo sentido: REsp 1.431.112/RS, Relatora Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 23.8.2018, DJe 31.8.2018).

Dessa forma, a jurisprudência do STJ entende que, por medida de economia processual e para evitar decisões conflitantes, o reconhecimento da repercussão geral da matéria constitucional justifica o sobrestamento dos processos que tratem da mesma questão jurídica a ser definida pelo STF (artigos 543-B do Código de Processo Civil de 1973 e 1.036 do Código de Processo Civil vigente).

Como decorrência, fica encarregado do Juízo suscitante da apreciação de eventuais medidas urgentes enquanto pendente de julgamento a matéria perante o Supremo Tribunal Federal, devendo qualquer discussão relativa à competência a partir de então considerar o teor do RE 827.996/PR, em incidente posterior.

Em face do exposto, determino o retorno dos autos à origem, com respectiva baixa nesta Corte.

Comuniquem-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI

Relatora